

A biblioteca pública e os princípios da diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA)

The public library and the principles of diversity, equity, inclusion and accessibility (DEIA)

La biblioteca pública y los principios de diversidad, equidad, inclusión y accesibilidad (DEIA)

Rosane Suely Alvares Lunardelli

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil

Sandra Regina Moitinho Lage

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil

Ana Cláudia Constantino

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil

ORIGINAL

Resumo

Objetivo. Discorrer a respeito das práticas que uma biblioteca pública pode desenvolver, visando incorporar os princípios da diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA) e, especificamente, apresentar estudos e pesquisas que abordam os princípios DEIA. **Método.** Pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, sem delimitação temporal, empregando a revisão bibliográfica integrativa para análise dos dados. **Resultados.** Existem poucos trabalhos científicos relacionados aos princípios analisados e ausência desses princípios associados às bibliotecas públicas, sendo incontestável o vínculo existente entre eles. **Conclusão.** A biblioteca pública, ao incorporar práticas inclusivas, torna-se um espaço acolhedor, que preserva e compartilha a informação confiável, respeitando a diversidade humana, como forma de contribuir com a constituição de uma sociedade igualitária e, portanto, mais justa.

Palavras-chave: diversidade, equidade, inclusão, acessibilidade, biblioteca pública

Abstract

Objective. To discuss the practices that a public library can develop in order to incorporate the principles of diversity, equity, inclusion and accessibility (DEIA) and, specifically, to present studies and research that address the DEIA principles. **Method.** Bibliographic, qualitative and descriptive research, with no time limits, using the integrative bibliographic review to analyze the data. **Results.** There are few scientific papers related to the principles analyzed and a lack of these principles associated with public libraries, although the link between them is undeniable. **Conclusion.** The public library, by incorporating inclusive practices, becomes a welcoming space that preserves and shares reliable information, respecting human diversity as a means to contribute to a more equitable and just society.

Keywords: diversity, equity, inclusion, accessibility, public library

Resumen

Objetivo. Discutir las prácticas que una biblioteca pública puede desarrollar para incorporar los principios de diversidad, equidad, inclusión y accesibilidad (DEIA) y, específicamente, presentar estudios e investigaciones que aborden los principios DEIA.

Método. Investigación bibliográfica, cualitativa y descriptiva, sin límite de tiempo, utilizando la revisión bibliográfica integrativa para analizar los datos.

Resultados. Existen pocos trabajos científicos relacionados con los principios analizados y una carencia de estos principios asociados a las bibliotecas públicas, aunque el vínculo entre ellos es innegable. **Conclusión.** La biblioteca pública, al incorporar prácticas inclusivas, se convierte en un espacio acogedor que preserva y comparte información fiable, respetando la diversidad humana, como forma de contribuir a la constitución de una sociedad igualitaria y, por tanto, más justa.

Palabras clave: diversidad, equidad, inclusión, accesibilidad, biblioteca pública

1 Introdução

As bibliotecas são responsáveis por disponibilizar os saberes reunidos ao longo do tempo, buscando garantir que diferentes conhecimentos sejam acessíveis. Dessa forma, o processo de democratização, em bibliotecas e instituições culturais, ocorre quando o acesso à informação é facilitado a todos os cidadãos. Assim, pressupõe-se que, além de possuir obras de interesse de seu usuário, uma biblioteca deve ser inclusiva, para que a comunidade usuária, independentemente de suas características, habilidades e necessidades, tenha acesso aos serviços e produtos oferecidos. Espera-se de uma biblioteca proativa, uma comunidade informada e conscientizada (International Federation of Library Associations and Institutions, & Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [IFLA & UNESCO], 2022).

O Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas menciona que:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais. Tais valores só vão ser alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem-informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. A biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais (IFLA & UNESCO, 2022).

Partindo dessa premissa, Lessa e Gomes (2017) enfatizam que a biblioteca pública deve ser um espaço educativo e cultural "de todos e para todos" (p. 40), que acolhe e reconhece as diferenças e as singularidades da comunidade. Evidencia-se a importância das bibliotecas como centros de informação e como agentes essenciais para a educação, a cidadania e o lazer, contribuindo, consequentemente, para o fortalecimento das comunidades e suas identidades (IFLA & UNESCO, 2022). Nesse sentido, importa lembrar que, disponibilizar informações de fontes fidedignas e criar condições básicas que favoreçam a aprendizagem ao longo da vida estimulam os usuários a desenvolver continuamente suas habilidades e competências informacionais.

Cunha (2003) relata que a biblioteca pública é necessária para a preservação da memória cultural da humanidade. Nessa linha de raciocínio, Novo e Barreira (2021) mencionam que, historicamente, a biblioteca pública constituiu-se como um organismo vivo de preservação cultural, ao democratizar o acesso à informação e à educação e, sobretudo, por se configurar como um espaço de sociabilidade. Torna-se, portanto, fundamental refletir sobre a missão da biblioteca pública, que atua na promoção do desenvolvimento individual e social, consolidando-se como ambiente de interação comunitária e de construção coletiva do conhecimento, ao garantir acesso amplo e democrático à informação e à cultura (Machado et al., 2014). Ao possibilitar o contato com diferentes fontes de conhecimento, a biblioteca pública contribui para a formação crítica dos indivíduos, uma vez que fortalece suas visões de mundo, suas interações comunicativas, seus relacionamentos e seus comportamentos sociais.

Como um local de encontro, aprendizado e socialização, a biblioteca pública deve atuar e oferecer atividades culturais e educativas que incentivem a participação de diferentes públicos, possibilitando a interação e a construção coletiva do conhecimento (IFLA & UNESCO, 2022). De acordo com Machado et al. (2014) a biblioteca pública, além de ser um ambiente de sociabilidade, é ainda, dinâmico e fluido, um espaço que necessita ser compartilhado, permitindo o acesso à informação e ao conhecimento.

Silva (2018) observa que faz parte das metas de uma biblioteca pública a existência de um ambiente de igualdade de acesso informacional, independentemente de gênero, idade, raça, religião, nacionalidade ou condição social. As missões-chave das bibliotecas públicas relacionadas à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural devem estar no cerne dos serviços. Por intermédio dessas missões, as bibliotecas públicas contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis (IFLA & UNESCO, 2022). As mudanças sociais são necessárias, pois, entre outros aspectos, visam conscientizar as pessoas a respeito dos prejuízos vivenciados pelos seres humanos que sofrem preconceito, discriminação e exclusão social.

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA & UNESCO, 2022) pontua que a biblioteca pública deve garantir condições equitativas para os usuários, independentemente de sua origem, necessidades específicas ou qualquer outra característica que possa influenciar seu acesso à informação (IFLA & UNESCO, 2022). Entende-se que o acesso à informação possibilita a autonomia intelectual, capacitando as pessoas a tomarem decisões em diferentes aspectos da vida, além de potencializar o valor da diversidade, o enriquecimento das práticas sociais, de ações e mediações culturais.

Diante do exposto, torna-se fundamental que uma biblioteca pública crie e tenha condições de oferecer a todos os cidadãos um atendimento inclusivo e justo. Em especial, que atendam aos princípios e práticas da diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA), com vistas a combater as múltiplas desigualdades, entre outras disparidades existentes na atualidade.

Aquino (2007) analisa o papel da Ciência da Informação diante das desigualdades sociais, destacando o acesso equitativo à informação. Argumenta a autora que a exclusão informacional impede que a população participe de forma efetiva na construção da própria realidade. A autora defende uma atuação ética e inclusiva da informação no contexto social e ressalta que se deve buscar a universalização da informação em todos os níveis, bem como nas possíveis formas de intervenção da realidade. Ao considerar o contexto, desafios e as múltiplas situações do dia a dia, algumas comunidades ainda não estão integradas ao acesso à informação. Nessa direção, se estabeleceu a questão dessa pesquisa: Como os princípios DEIA e suas práticas contribuem, em uma biblioteca pública, para o acesso à informação e conhecimento e, sobretudo, para a construção da cidadania?

Destaca-se, nesse estudo, a necessidade de mais reflexões a respeito dos princípios DEIA: ao impacto ético e de valores na biblioteca pública; a promoção de mudança cultural em relação à importância da acessibilidade; reflexão a respeito das necessidades do público diversificado; conformidade com legislações e normas; a educação e treinamento para desenvolver e aderir as práticas para implementação dos princípios DEIA. Por se tratar de um serviço público de relevância para a comunidade, a biblioteca pública tem como propósito atender a todos os segmentos da sociedade, ou todos os cidadãos; deve buscar o alinhamento com as políticas públicas, visando a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população. Devido aos aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos ou religiosos, alguns indivíduos precisam encontrar espaços, serviços e materiais que atendam e que satisfaçam suas demandas e seus interesses de informação.

Há algum tempo, organizações vêm incorporando os princípios DEIA em suas culturas institucionais. Essas diretrizes, presentes tanto em entidades com fins lucrativos quanto em instituições sem fins lucrativos, têm gerado impactos positivos, como a melhoria do bem-estar e o aumento da produtividade. Motta (2024) destaca que o sucesso das práticas relacionadas à diversidade, equidade e inclusão depende de um compromisso consistente e de uma abordagem integrada por parte da organização. Para o autor, tais ações promovem um clima organizacional mais saudável, elevam a produtividade e reforçam a reputação corporativa. Assim como são fundamentais para assegurar a competitividade e a sustentabilidade das organizações, ao criarem ambientes de trabalho mais colaborativos e inovadores.

Hayashi e Rigolin (2024) defendem políticas fundamentadas nos princípios DEIA, ressaltando seu potencial transformador. No estudo, os autores propõem indicadores voltados à inclusão na ciência, com foco em representatividade, equidade e engajamento com comunidades sub-representadas. A partir de uma abordagem teórico-crítica, Hayashi e Rigolin (2024) reforçam a importância de integrar esses princípios para a construção de ambientes científicos diversos e inovadores. Complementando essa visão, Davis et al. (2024) ressaltam que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação ainda enfrentam grandes desafios, para medir de forma eficaz os avanços na implementação dos princípios DEIA, em especial nas bibliotecas públicas. Os autores apontam a escassez de estudos que considerem as percepções dos profissionais que atuam nessas instituições, o que dificulta uma avaliação crítica das práticas adotadas e perpetua ações fragmentadas e pouco sistematizadas.

Nas bibliotecas públicas, embora os princípios DEIA estejam alinhados à missão e aos valores institucionais, esses temas recebem pouca atenção e são pouco explorados na produção científica da Ciência da Informação. Apesar de algumas iniciativas literárias voltadas à promoção dessas diretrizes, é necessário aprofundar a investigação sobre sua aplicação prática nas atividades e serviços dessas instituições. Quando implementadas efetivamente, essas práticas facilitam o acesso à informação e ao conhecimento, fortalecendo direitos sociais e civis.

Diante desse cenário, é fundamental incentivar pesquisas que considerem os princípios DEIA não apenas como orientações éticas, mas como bases para avanços reais nas bibliotecas públicas. Embora existam iniciativas, são escassos os estudos que avaliem os impactos práticos dessas ações nas rotinas e serviços.

Paralelamente, as bibliotecas públicas enfrentam desafios estruturais históricos, como a precariedade da infraestrutura, agravada pela falta de investimentos e ausência de políticas públicas adequadas. Esse contexto contribui para a desvalorização desses espaços por diversos setores da sociedade. Para reverter essa situação, é essencial fortalecer o papel social das bibliotecas, investindo na criação de ambientes acolhedores, inclusivos e equitativos, que promovam diversidade, respeito e igualdade, atraindo tanto usuários habituais quanto novos públicos.

Para tanto, objetivou-se discorrer a respeito das práticas que uma biblioteca pública pode desenvolver, visando incorporar os princípios da diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA) e, especificamente, apresentar estudos e pesquisas que abordam os princípios DEIA. Como encaminhamento metodológico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, sem delimitação temporal, circunscrita à produção científica brasileira. Para análise dos dados, utilizou-se da revisão bibliográfica integrativa (RBI). Segundo Botelho et al. (2011) e Mendes et al. (2008), a RBI consiste na compilação sistemática e organizada de estudos, permitindo a síntese de resultados sobre uma temática específica. Esse procedimento fornece subsídios para identificar lacunas na pesquisa e orientar a proposição de novos estudos.

2 Diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA)

Peixoto e Lobato (2013) descrevem que “a humanidade diz respeito à pluralidade humana ... a pluralidade do ponto de vista de uma comunidade global capaz de amparar e proteger os indivíduos, resguardando-os enquanto sujeitos de direitos e deveres ...” (p. 52). Essa concepção evidencia a necessidade de uma perspectiva inclusiva e coletiva da humanidade, na qual cada indivíduo é reconhecido e protegido enquanto sujeito de direitos. Nesse sentido, Arendt (1989) introduz o conceito de “direito a ter direitos” (p. 332), afirmando que a inclusão plena de um indivíduo como membro da humanidade depende da proteção coletiva e do reconhecimento social de seus direitos. Arendt (1989) problematiza que não basta possuir direitos apenas formalmente ou no papel; é fundamental que a sociedade, enquanto coletividade, assegure a cada indivíduo o acesso efetivo aos direitos básicos, protegendo-o e permitindo que atue plenamente como sujeito de deveres e responsabilidades. Essa garantia não se limita às leis ou à ação dos governos, mas constitui uma responsabilidade que recai sobre a própria humanidade, que deve assegurar que ninguém seja excluído.

Por esse contexto, Peixoto e Lobato (2013) explicam que a capacidade de ter “direitos” é o que efetivamente capacita os indivíduos à atuação e à participação em espaços públicos. Cada indivíduo só se torna plenamente capaz de exercer direitos quando sua inclusão como membro da humanidade é reconhecida e protegida coletivamente. Ou seja, a possibilidade de exercer direitos de forma efetiva é intrinsecamente ligada ao reconhecimento coletivo, tornando-se condição essencial para a participação social e para o exercício pleno da cidadania.

Hayashi et al. (2022) ressaltam que os princípios DEIA são discutidos em estudos e discursos, sendo importantes para o desenvolvimento contínuo de políticas públicas que busquem reduzir desigualdades e promover justiça social. Os autores destacam que esses princípios vêm sendo adotados em instituições públicas e privadas, sobretudo no meio acadêmico, devido à sua importância para facilitar o acesso à informação, incentivar uma educação inclusiva e equitativa, e ampliar a acessibilidade em uma sociedade diversa. Organizações como a American Library Association (ALA), que se compromete formalmente com esses valores, e universidades como a Universidade de Michigan, que os incorporam em seus planos estratégicos, são exemplos dessa aplicação. Tais iniciativas têm como objetivo enfrentar desigualdades por meio de políticas, ações afirmativas e a criação de ambientes mais inclusivos e justos (Hayashi et al., 2022).

Mas afinal, o que é diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade? Quais práticas podem ser disseminadas com os princípios relacionados ao DEIA? Nesse sentido, torna-se importante o entendimento da essência de cada princípio, assim como as formas de viabilizar e disponibilizar práticas alusivas aos princípios DEIA.

A promoção da diversidade está presente em âmbitos institucionais ou empresariais atuando principalmente para diminuir as desigualdades, ao suscitar a compreensão das diferentes culturas e etnias. A concepção do termo diversidade se tornou conhecido, em especial pelas sociedades constituídas pelo colonialismo europeu, momento “em que grupos e indivíduos reafirmam seus particularismos locais e suas identidades étnicas, raciais, culturais ou religiosas, chamando a atenção dos organismos internacionais”, diante dos impactos da globalização e de fatores socioeconômicos e tecnológicos (Rodrigues & Abramowicz, 2013, p. 17).

Discussões a respeito da diversidade para a garantia de direitos e, sobretudo, da participação social com relação às suas características são evidenciadas nas questões de “gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas”, as quais “... têm emergido como uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária” (Roriz et al., 2005, p. 168). Os autores acrescentam que se trata de uma discussão sempre atual e oportuna na sociedade. Por esta razão tem sido pesquisada em diferentes campos do conhecimento e, ainda, em espaço político-jurídico.

Dessa forma, Peixoto e Lobato (2013, p. 52) elucidam que, dentre as contribuições das relações sociais e a construção de vínculos de solidariedade, destaca-se uma coletividade socialmente e politicamente mais organizada. Pois, entende-se que muitos são os desafios para os avanços pretendidos e esperados, em especial de transformação das estruturas sociais, políticas e jurídicas. Nesse sentido, entende-se que boas são as perspectivas em atender as necessidades específicas de cada indivíduo, diante das violações de direitos que acontecem nas diferentes sociedades. Expectativas que potencializam o seu desenvolvimento de forma integral e intensifica o respeito às suas identidades e origens.

Hayashi et al. (2022) revelam que a diversidade “... é a soma das maneiras pelas quais as pessoas são iguais e diferentes, e ao reconhecer, valorizar e abraçar a diversidade, reconhece, valoriza e abraça a singularidade de cada indivíduo” (p.3). A diversidade envolve o reconhecimento e respeito da singularidade e da valorização das diferenças relacionadas a etnia, gênero, idade, nacionalidade, deficiência, religião, classe social, entre outras. Por meio da diversidade, há troca de experiências e perspectivas, fatores que contribuem para o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais de uma sociedade cada vez mais globalizada e multifacetada.

Assim sendo, o princípio da diversidade pode ser disseminado a partir de uma política claramente divulgada que entenda as diversidades de seus usuários; ter uma equipe treinada e capacitada; fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural; priorizar a implementação de atividades voltadas para um ambiente heterogêneo; criar espaços seguros e acolhedores; realizar eventos que promovam a compreensão das diferentes formas de se viver e a troca cultural; incentivar pesquisas acadêmicas e movimentos sociais; envolver as comunidades locais nas práticas que possam refletir a realidade multicultural; estabelecer parcerias com organizações, comunidades locais, instituições de ensino, entre outras, para a promoção de ações multiculturais.

Conforme esclarecem Silva e Oliveira (2020), “olhar a equidade na perspectiva da justiça social é considerar as diferenças na heterogeneidade, na multiplicidade e na pluralidade da sociedade, o que nos torna mais humanos” (p. 5). Por outro lado, as autoras enfatizam que compreendê-la conscientemente exige superar visões egocêntricas, paternalistas e protecionistas, transcendendo limites pessoais e sociais em prol de uma justiça autêntica e imparcial. Nessa visão, a equidade, como meio adequado às necessidades individuais, promove a justiça, ligada à igualdade de regras e oportunidades para todos. Em essência, demanda adaptar ações, estratégias e práticas às especificidades de cada indivíduo ou grupo.

Barros e Sousa (2016) mencionam que a expressão equidade é utilizada para o entendimento de direitos sociais. Como observam os autores, a equidade é conquistada quando se busca o estabelecimento de condições de bem-estar para todos os cidadãos. Ela é vista como uma prática para se chegar ao ideal de justiça e de cidadania. Nesse âmbito, os autores explicam que além das disparidades de ordem social, étnica e econômica se destacam, sobretudo o usufruto de acesso aos serviços oferecidos à comunidade em geral. A equidade é a garantia de acesso justo e inclusivo a recursos, oportunidades e vivências, por meio de ações deliberadas e estruturais voltadas a corrigir desigualdades históricas e padrões previsíveis de exclusão (Davis et al., 2024).

Por conseguinte, Hayashi et al. (2022) explicam que, “a equidade leva em consideração a diferença para garantir um processo justo e, em última análise, um resultado equitativo. Significa, portanto, aumentar a diversidade e melhorar as condições dos grupos desfavorecidos” (p. 3). Reconhecer as desigualdades torna-se essencial para

reduzir as disparidades, como as socioeconômicas existentes na sociedade, pois, entende-se que alguns indivíduos apresentam desvantagens, falta de oportunidades e possibilidades com relação aos outros. É importante destacar que a equidade não elimina as desigualdades, mas, ao reconhecer sua presença, propõe medidas para enfrentá-las, levando em conta fatores como gênero, raça, classe social e suas interações.

Nesse contexto, pode-se viabilizar o princípio da equidade ao promover a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, garantindo o acesso à educação de qualidade, sem preconceito ou discriminação, com a implementação de políticas públicas que desenvolvam e retifiquem as desigualdades históricas de grupos minoritários (negros, indígenas, população de baixa renda, entre outros). Além de, combater o preconceito e a discriminação por meio de leis, de campanhas de conscientização, informação e de leis e normas que possam responsabilizar aqueles que sustentam a desigualdade e a injustiça. A inclusão, conforme definida por Davis et al. (2024), refere-se à “ação e prática consciente de garantir acesso igualitário a recursos, oportunidades e participação para aqueles que, de outra forma, poderiam ser excluídos” (p. 2). De modo complementar, Hayashi et al. (2022) afirmam que a inclusão consiste em “... um ambiente no qual todos os indivíduos são tratados de forma justa e respeitosa, são valorizados por suas habilidades, experiências e perspectivas distintas e têm igual acesso a recursos e oportunidades” (p. 4).

É fundamental reconhecer que a inclusão é um conceito multifacetado, cujas abordagens variam de acordo com os contextos e os atores envolvidos. Essa complexidade se manifesta em diferentes dimensões: sociais, institucionais, educacionais, legais e individuais, contemplando desde barreiras estruturais, como a ausência de acessibilidade física, até obstáculos culturais, como os preconceitos historicamente enraizados. Além disso, a inclusão envolve também as experiências subjetivas de pertencimento e reconhecimento, evidenciando a necessidade de ações que promovam uma participação efetiva e equitativa de todos nos diversos espaços sociais.

Torna-se relevante destacar que o princípio da inclusão pode ser amplamente disseminado ao promover o acolhimento de diferentes comunidades. Nessa perspectiva, o ambiente transforma-se em um espaço de repúdio contra preconceitos tais como o racismo, que inferioriza pessoas com base na raça ou etnia; a homofobia, voltada contra pessoas homossexuais ou contra comportamentos afetivo-sexuais que fogem à heteronormatividade; a xenofobia, direcionada a pessoas estrangeiras ou de outras culturas, frequentemente associada ao nacionalismo e ao etnocentrismo; a lesbofobia, preconceito de gênero e orientação sexual contra mulheres lésbicas; a transfobia, voltada contra pessoas transgênero ou que não se conformam com o gênero atribuído no nascimento; o etarismo, discriminação com base na idade, especialmente contra pessoas idosas, mas que também pode afetar jovens em determinados contextos; e o capacitismo, exclusão e discriminação de pessoas com deficiência, fundamentada na ideia de inferioridade ou incapacidade em relação a pessoas sem deficiência. Salienta-se que por meio de pesquisas e projetos, as instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos podem se transformar em ambientes acessíveis e inclusivos.

O conceito relacionado à acessibilidade na legislação brasileira é descrito como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004). Importante que os espaços e, em especial, os públicos, no que se refere a acessibilidade, ofereçam uma estrutura adequada.

Tendo em vista que a acessibilidade promove a inclusão, Cantorani e Pilatti (2015) também observam que importância da acessibilidade na sociedade constitui-se em uma multiplicidade de dimensões, a saber: a acessibilidade atitudinal: refere-se à conscientização da importância do convívio entre todos, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações; acessibilidade arquitetônica: também conhecida como física, sem a construção de espaços com barreiras; acessibilidade metodológica: também conhecida como pedagógica sem obstáculos de métodos e técnicas de aprendizagem e o acesso à universalidade; acessibilidade programática: refere-se à sensibilização em relação à eliminação de barreiras e orientações presentes nas políticas públicas, no que tange as leis, decretos, medidas provisórias e nas normas de uma maneira geral; acessibilidade instrumental: referente a instrumentos e ferramentas de estudo e aprendizagem; acessibilidade nos transportes: refere-se aos veículos, às paradas de ônibus, aos estacionamento, às calçadas de acesso, adaptadas com piso tátil e sinalizadas; acessibilidade nas comunicações: ausência de barreiras na comunicação seja ela escrita e/ou virtual; acessibilidade digital: disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos (Brasil, 2013).

Souza et al. (2013) explicam que promover a acessibilidade é incluir o mínimo (ou nada) de restrições para o acesso e uso de produtos, serviços e informação. A acessibilidade precisa favorecer o acesso para que todas as

pessoas, diante de suas habilidades, corpos, mentes e origens, possam satisfazer suas necessidades por meio dos recursos dos quais necessitam (Hayashi et al., 2022).

Sendo assim, quando disseminado, o princípio da acessibilidade apresenta-se na presença de rampas; banheiros adaptados e banheiros com fraldários, espaços que permitem o acesso e a circulação de cadeiras de rodas, de carrinhos de crianças, de bancos para descanso e de espaços para amamentação; elevadores adaptados; recursos tecnológicos, como pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, *softwares* ampliadores de comunicação alternativa, entre outros; a mediação é um dos meios de permitir a acessibilidade à informação e à leitura; a adaptação dos ambientes internos das empresas, como forma de favorecer a acessibilidade dos espaços às pessoas com deficiência; contratação de profissionais, principalmente para o acolhimento da diversidade cultural (indígena, africana, europeia, entre outras), que configura o território brasileiro e se expressa por meio de manifestações linguísticas e formas de expressão próprias das diferentes regiões do país.

Quando se promove a inclusão de comunidades diversas, reconhece-se a diversidade e a equidade, cujos conceitos associam-se à acessibilidade. Dessa forma, entende-se que as barreiras (preconceitos, discriminações, injustiças, desrespeitos, entre outras), além de complexas, são ainda uma questão de mobilidade.

O reconhecimento da necessidade de ambientes mais inclusivos e representativos tem aumentado. Algumas instituições vêm implementando esses conceitos de forma separada ou sem incorporar a acessibilidade. No entanto, torna-se fundamental acrescentar esse princípio às iniciativas já existentes. Ressalta-se que, não apenas a acessibilidade, como já ocorre na concepção dos princípios DEIA, mas também outros conceitos podem ser incorporados, desde que contribuam para ações preventivas e corretivas voltadas à promoção dos direitos humanos.

3 Percurso metodológico

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa partiram de uma abordagem de natureza bibliográfica, descritiva e qualitativa, sem delimitação temporal e voltada à produção científica nacional. O delineamento metodológico se configura como uma revisão bibliográfica integrativa (RBI). O método RBI requer a elaboração de etapas para a síntese e alicerce do estudo. Tendo em vista que se trata de um método capaz de possibilitar uma ampla compreensão do tema, além de ampliar o conhecimento já existente.

A revisão integrativa é uma metodologia consolidada na literatura científica, por permitir a síntese de conhecimentos teóricos e práticos a respeito de um tema específico, otimizando a identificação de lacunas em áreas que necessitam de mais estudos, bem como dos avanços e tendências de pesquisa. Para elaborar uma revisão integrativa, de acordo com Mendes et al. (2008), evidenciam-se etapas; para Souza et al. (2010), são fases. Para tanto, são apresentadas na sequência as etapas/fases metodológicas, com base no que descrevem os autores Mendes et al. (2008) e Souza et al. (2010), para a elaboração da RBI deste estudo:

- a) **Primeira etapa:** Souza et al. (2010) descrevem que a “definição da pergunta norteadora é a fase mais importante da revisão, pois determina quais serão os estudos incluídos, os meios adotados para a identificação e as informações coletadas de cada estudo selecionado” (p. 104). De acordo com Mendes et al. (2008), após a elaboração da questão problema, são indicados os descritores, entre outros critérios a serem usados no levantamento bibliográfico. Dessa forma, a primeira etapa se cumpriu:
 - a. Com a elaboração da questão: Como os princípios DEIA e suas práticas contribuem, em uma biblioteca pública, para o acesso à informação e conhecimento e, sobretudo, para a construção da cidadania?
 - b. Os descritores empregados para a busca foram: “diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade” OR “DEIA” e em inglês: “*diversity, equity, inclusion and accessibility*”;
 - c. Os descritores precisavam constar nas bases, nos idiomas português e/ou inglês;
 - d. Além do título, os descritores poderiam constar no resumo, nas palavras-chave ou no texto completo. A busca foi realizada no mês de abril de 2025.

- b) **Segunda etapa:** Considera-se importante que os pesquisadores estruturarem um protocolo de pesquisa, no qual possam incluir itens como: em que bases de dados as buscas foram realizadas e quais critérios foram adotados para a escolha "... e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada" (Sampaio & Mancini, 2007, p. 83). Para Souza et al. (2010), "os critérios de amostragem precisam garantir a representatividade da amostra, sendo importantes indicadores da confiabilidade e da fidedignidade dos resultados" (p. 104). Nesse sentido, as tarefas de inclusão e/ou exclusão dos textos recuperados devem ser conduzidas com transparência pois se trata, sobretudo, de um indicador de qualidade diante do compromisso e responsabilidade das investigações.
- a. Como locus de análise, optou-se pelas seguintes bases de dados brasileiras: 1) A Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) é especializada nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia, o que permite uma análise detalhada e contextualizada dos temas próprios desses campos. 2) O Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), é uma base multidisciplinar que agrega publicações científicas de diversas áreas do conhecimento, ampliando as possibilidades de abordagem temática em Ciência da Informação e Biblioteconomia, especialmente em contextos interdisciplinares. 3) A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), também coordenada pelo IBICT, integra teses e dissertações de programas de pós-graduação stricto sensu de instituições brasileiras, permitindo o acesso a pesquisas com maior aprofundamento teórico e metodológico, além de possibilitar a análise verticalizada de temáticas específicas;
 - b. Após serem recuperados 8 textos, 4 foram excluídos: 2 por repetição e 2 textos por não agregarem parte da investigação.
- c) **Terceira etapa:** Souza et al. (2010) descrevem que "para extrair os dados dos artigos selecionados, faz-se necessária a utilização de um instrumento previamente elaborado capaz de assegurar que a totalidade dos dados relevantes seja extraída" (p. 104). As autoras esclarecem que esse procedimento possibilita e contribui para a minimização de erros na transcrição das informações, assegura maior precisão na verificação dos dados e constitui um registro sistematizado do processo de análise, incluindo elementos como títulos, objetivos e resultados, que servirão como registro, funcionando como um banco de dados para a realização da quarta etapa. Corrobora-se a posição de Mendes et al. (2008), quando apontam que "... a conclusão desta etapa pode gerar mudanças nas recomendações para a prática ..." (p. 762), ao serem avaliadas as concepções científicas apresentadas nos estudos coletados. Para tanto:
- a. Realizou-se a leitura dos textos recuperados e selecionados;
- d) **Quarta etapa:** diante dos parâmetros obtidos na etapa anterior, nesta etapa definem-se as informações a serem extraídas dos estudos selecionados (Mendes et al., 2008). Nesse sentido, foram realizadas as ações:
- a. a organização, sintetização e sumarização dos 4 estudos selecionados;
 - b. dos 4 textos selecionados identificou-se que 2 são artigos e 2 são editoriais;
 - c. com relação aos textos selecionados destacou-se os títulos, objetivos, resultados, conclusões e/ou considerações.
- e) **Quinta etapa:** conforme elucidam Mendes et al. (2008), realizada a interpretação dos dados selecionados é possível descobrir as possíveis lacunas de conhecimento e sugerir pautas para futuras pesquisas. São obtidas informações por meio das quais é possível avaliar a "... pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da revisão ..." (Botelho et al., 2011, p.133) e formas para se obter a interpretação dos estudos são elaboradas, tais como: tabelas, quadros, textos, entre outros. Nesse contexto, pode-se por meio dos textos recuperados:
- a. apresentar os estudos e pesquisas que abordam os princípios da diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA);

- b. obter subsídios que identificaram algumas questões com relação à pesquisa em pauta;
 - c. com a análise e a interpretação dos resultados da coleta de dados, uma parte da revisão foi concluída;
 - d. o conteúdo dos textos selecionados não mencionava a biblioteca pública;
 - e. identificou-se uma lacuna de conhecimento e a necessidade de discorrer a respeito das práticas que uma biblioteca pública pode desenvolver, visando incorporar os princípios DEIA.
- f) **Sexta etapa:** seguindo Mendes et al. (2008), nessa etapa são contempladas as “lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas” (p. 758). Sendo assim, guiados pelos achados e pela análise e interpretação dos resultados da coleta de dados, pode-se levantar as lacunas de conhecimento existentes e sugerir pautas para explorar o desenvolvimento de estudos futuros (Botelho et al., 2011). Desse modo, por meio do item “apresentação e discussão dos resultados”, discorre-se a revisão da literatura contemplando a missão, visão e os valores da biblioteca pública e apresentam-se os quadros, como recursos para organizar informações, vinculando os princípios DEIA e suas práticas na biblioteca pública.

De acordo com essa linha de raciocínio, Botelho et al. (2011) elucidam que o método RBI ao ser escolhido tem como finalidade realizar uma “... síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado” (p. 133). Por outro lado, entende-se que o método da revisão integrativa é parte da revisão sistemática bibliográfica, cujo potencial, conforme esclarecem Galvão et al. (2004) busca estabelecer lacunas do conhecimento ao identificar oportunidades para futuras pesquisas, proporcionar uma síntese do conhecimento baseado em pesquisas e possibilitar a identificação de vieses na análise do tema escolhido.

4 Análise e interpretação dos resultados da coleta de dados

O levantamento bibliográfico realizado revelou resultados limitados: dentre as três bases de dados consultadas, foram encontrados oito documentos que contemplam a abordagem conjunta dos princípios do DEIA. No entanto, adotados os critérios de exclusão, foram recuperados quatro estudos. Na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) não foi possível a recuperação de estudos e pesquisas. Dessa forma, demonstra-se, no Quadro 1, os textos recuperados e selecionados.

Quadro 1

Diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA)

Bases de dados	Localizados	Extraídos	Recuperados
Brapi	4	2 extraídos (1 por repetição; 1 por não integrar o tema)	Hayashi, M. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2022). Diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade em podcasts de biblioteconomia e ciência da informação. <i>Revista EDICIC</i> , 2(4). Hayashi, M. C. P. I., & Rigolin, C. C. D. (2024). Métricas igualitárias na ciência: Caminhos para a construção de indicadores de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade. <i>Liinc em Revista</i> , 20(1), 1-20.
BDTD	0	0	0

Bases de dados	Localizados	Extraídos	Recuperados
Oasisbr	4	2 extraídos (1 por repetição; 1 por não integrar o tema)	Silva, M. J. S., Casado, L., & Bergmann, A. (2023). A RBC e seu compromisso ético com a diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade nas comunicações científicas. <i>Revista Brasileira de Cancerologia</i> , 69(1), 1-2. Godoy, K. H., Rafael, S. L. L., Garrido, I. L., & Porto, R. B. (2023). Adoção de políticas de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA) na RBA, Revista Brasileira de Administração. <i>Revista de Administração da BAR-Brasileira</i> , 20(2).

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025. [Descrição do quadro] Quadro um apresenta dados sobre Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) em diferentes bases de dados. A tabela contém as colunas: Bases de dados, Localizados, Extraídos e Recuperados. Na base Brapci, foram localizados quatro itens, dos quais dois foram extraídos, sendo um excluído por repetição e outro por não integrar o tema. Na BDTD, não foram localizados trabalhos relacionados ao tema. Na base Oasisbr, foram localizados quatro itens, dos quais dois foram extraídos, com exclusão de um por repetição e outro por não integrar o tema. O quadro inclui referências bibliográficas correspondentes aos itens localizados em cada base [Fim da descrição].

Após análise dos textos recuperados, na Brapci e Oasisbr, identificou-se que 2 são artigos e 2 são editoriais. Dessa forma, seus conteúdos são apresentados conforme síntese:

- a) **Texto 1 (artigo):** Diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade em podcasts de biblioteconomia e ciência da informação: analisar podcasts brasileiros de BCI que abordam os princípios DEIA foi o objetivo dessa pesquisa. O podcast, por meio das tecnologias da *Web*, potencializou as novas formas de comunicação da informação em tempo real pela internet. O acesso à informação na internet e nas mídias sociais pode contribuir para uma formação mais inclusiva e equitativa de profissionais de diversos campos de conhecimento, particularmente aqueles do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Os resultados permitiram verificar que a temática DEIA está sendo relacionada apenas em podcasts no campo da BCI, a partir de diferentes perspectivas, com vistas ao enfrentamento das desigualdades multidimensionais e das estruturas de estratificação social.
- b) **Texto 2 (artigo):** Métricas igualitárias na ciência: caminhos para a construção de indicadores de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade. O objetivo desse estudo foi propor indicadores DEIA práticos e eficazes, associados aos princípios de justiça e acessibilidade, em resposta à crescente demanda por ambientes científicos mais inclusivos. Esses indicadores oferecem uma visão ampla dos desafios na implementação dos princípios DEIA, influenciando o debate a respeito de reformas políticas e ao promover práticas científicas mais igualitárias e acessíveis. Neste sentido, surge a necessidade de revisar as métricas convencionais usadas em avaliações acadêmicas e distribuição de recursos e o desenvolvimento de indicadores de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade, como ferramentas fundamentais para promover métricas justas na ciência e a importância de implementar indicadores dos princípios DEIA em ambientes científicos, para promover uma cultura mais inclusiva e equitativa.
- c) **Texto 3 (editorial).** A RBC e seu compromisso ético com a diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade nas comunicações científicas: Na última década, os termos “Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade” (DEIA) se tornaram extremamente populares por serem valores fundamentais na promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. A ciência deve ser a busca pela verdade e pelo conhecimento e acessível para todos. Com o intuito de promover a diversidade, a Revista Brasileira de Cancerologia (RBC), tem adotado ações que possam promover a inclusão de populações específicas que não estejam sendo devidamente representadas. As

ações e demais compromissos éticos da RBC têm favorecido a construção de um espaço plural e democrático.

- d) **Texto 4 (editorial).** Adoção de Políticas de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) na RBA: O texto aborda um conjunto de políticas para promoção dos princípios DEIA na avaliação e comunicação de pesquisas. A Revista Brasileira de Administração (RBA), comprometida com promoção dos princípios, visa garantir que a sociedade se beneficie dos avanços científicos. Ao adotar as novas políticas ético-sociais, jurídicas e econômicas da Revista Brasileira de Administração, possibilita alcançar a justiça social acadêmica e científica.

A partir das pesquisas analisadas, verifica-se um interesse crescente pelos princípios de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade, sobretudo, no âmbito científico, envolvendo políticas editoriais, éticas e outras práticas institucionais. Contudo, conforme apontado no estudo sobre podcasts brasileiros na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), a discussão desses princípios tem se concentrado principalmente nesse campo específico. Embora os temas relacionados aos princípios DEIA estejam presentes em publicações e eventos da BCI, a exploração desses assuntos em podcasts ainda é bastante limitada.

No contexto apresentado, a baixa incidência do tema DEIA em podcasts da área pode indicar tanto desinteresse quanto desconhecimento quanto à importância do assunto nesse formato. Além disso, é possível que a temática seja abordada sob outras perspectivas ou com terminologias distintas, como inclusão de grupos minoritários, diversidade cultural ou equidade social, sem a utilização explícita dos princípios DEIA. Essa variedade terminológica pode dificultar a identificação clara do tema nos conteúdos analisados. Dessa forma, a lacuna observada pode ser atribuída tanto à falta de atenção direta aos princípios DEIA quanto à dispersão conceitual, apontando para a necessidade de maior conscientização e sistematização do debate sobre diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade nos podcasts acadêmicos e científicos.

Isso evidencia uma carência significativa de estudos focados no tema DEIA, tanto por parte dos pesquisadores quanto dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, refletida na escassez de dissertações e teses que abordam essa temática de forma mais aprofundada.

Ainda que esses princípios éticos façam parte dos valores defendidos pela biblioteca, observa-se que esses critérios, voltados aos princípios da diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade, não estão sendo amplamente divulgados em meio científico, especialmente oriundos de trabalhos acadêmicos, publicações em periódicos e em revistas especializadas. Constatou-se, ainda, que os princípios DEIA não estão sendo devidamente explorados pela Biblioteconomia e Ciência da Informação. Entende-se que são campos essenciais, pilares para a sustentação de valores que incluem: o acesso igualitário, a redução de desigualdades, a informação e a comunicação eficaz e fidedigna e a promoção da educação, do aprendizado, da cultura e do bem-estar de uma sociedade.

Diante do exposto, tornou-se evidente que há uma lacuna a ser explorada, especialmente no que se refere às questões relacionadas à missão e às práticas pertinentes às bibliotecas públicas, orientadas pelos princípios abordados neste estudo.

5 Apresentação e discussão dos resultados da revisão integrativa

A partir de reflexões acerca dos princípios DEIA, amplamente debatidos em contextos corporativos, surge a inquietação quanto à presença e aplicação desses princípios no ambiente de bibliotecas públicas. Nesse sentido, recorre-se a Cunha (2003), que destaca a capacidade histórica das bibliotecas, instituições milenares, de se reinventarem continuamente em seus conceitos e funções, respondendo às transformações sociais, culturais e informacionais ao longo do tempo. Elucida a autora que mais do que repositórios de livros, as bibliotecas devem assumir um papel ativo na promoção da cidadania, da inclusão social e do acesso equitativo à informação. Nesse contexto, a incorporação dos princípios DEIA nas bibliotecas públicas alinha-se à consolidação de sua função social.

Cunha (2003) menciona que as funções: educacional, cultural, recreativa (lazer) e a informacional, ao longo do tempo, encontram-se em constante sintonia com o processo de mudança social. A autora enfatiza que essas funções, perante a sociedade, são próprias da biblioteca, e quando alteradas, seja em conteúdo, forma ou estratégias, sofrem modificações devido ao contexto social onde se situam e, podem se modificar na missão e na estrutura em razão das mudanças que porventura ocorrem na sociedade.

Cabe destacar que, em 2020 o Grupo de Trabalho em Acessibilidade em Bibliotecas (GT-ACESS), da Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB) promoveu um levantamento a respeito das bibliotecas brasileiras e de todas as tipologias existentes que declararam dispor de serviços e/ou instalações para atender às pessoas com deficiência, compilados na obra intitulada “Diretório Brasileiro de Bibliotecas Acessíveis”. Esse levantamento pode apresentar o potencial e a realidade das bibliotecas brasileiras para atender às pessoas com deficiência, ao identificar a existência de 152 bibliotecas que oferecem pelo menos um serviço/recurso voltado às pessoas com deficiência, como por exemplo, equipamentos físicos (como leitores de tela, dispositivos de voz, teclados e mouses adaptados, entre outros), mais próximos das comunidades (FEBAB, 2020). No entanto, apenas 40 bibliotecas públicas promoviam o uso dos equipamentos disponíveis para ampliar o acesso da população aos serviços oferecidos (FEBAB, 2020; Rede Brasileira de Bibliotecas Inclusivas, 2025).

Diante do cenário apresentado, pode-se então ressaltar a importância dos objetivos de uma biblioteca pública em conhecer sua comunidade: idade, origens, aspirações, formação, experiências, opiniões, culturas e necessidades. Para que os espaços, serviços disponíveis, Tecnologia Assistiva (grafada com iniciais maiúsculas por se tratar do termo estabelecido pelo Comitê de Ajudas Técnicas, em 2007, como designação oficial no contexto brasileiro) e acervos atendam, de forma adequada, todos os membros da comunidade. Segundo Aquino (2007) garantir o acesso amplo à informação é fundamental para promover mudanças significativas na realidade social. A autora destaca que, mesmo com a ampla circulação de informações em contextos tecnologicamente desenvolvidos, diversos grupos sociais ainda estão excluídos desse fluxo. A exclusão informacional compromete diretamente a participação ativa dos indivíduos na sociedade e limita o pleno exercício da cidadania. Diante desse cenário, Aquino (2007) propõe uma abordagem reconstrutiva na Ciência da Informação, orientada pela inclusão social e pela promoção da justiça no acesso à informação. Essa perspectiva amplia o papel das bibliotecas, alinhando-as a processos igualitários que favorecem o desenvolvimento pessoal e coletivo. Nesse contexto, as bibliotecas públicas assumem uma função essencial ao oferecerem acesso à informação, tanto atual quanto histórica, bem como à cultura, à educação e ao lazer (American Library Association [ALA], 2025).

Reitere-se que a biblioteca pública desempenha um papel fundamental em diversas dimensões: cultural, política, econômica e, principalmente, social. Conforme argumentam Machado et al. (2014), trata-se de uma instituição dinâmica e em constante construção, moldada por ações coletivas e pela interação com a comunidade. Quando compartilhados, explicam os autores, a biblioteca pública deve caracterizar-se como espaço inclusivo, de igualdade, de convivência e com acessibilidade ao disponibilizar a comunidade em geral serviços públicos de excelência e qualidade.

Para que essa missão se concretize, torna-se fundamental que as políticas e práticas biblioteconômicas estejam alinhadas aos princípios defendidos pelas federações e associações. Respaladas por iniciativas que promovam os princípios DEIA, no acesso ao conhecimento, assegurando que a biblioteca pública continue a desempenhar um papel central na promoção da justiça social e do desenvolvimento humano. Assim, não apenas disponibilizam informação, mas também contribuem para a formação cidadã e o fortalecimento do senso de comunidade.

Assim sendo, reitera-se a indispensabilidade de uma biblioteca pública incorporar os princípios da diversidade, equidade, inclusão e da acessibilidade. Tendo em vista que reconhecer, valorizar e respeitar a singularidade de cada indivíduo abrange também uma gama infinita de características e experiências individuais: estilo de comunicação, formação educacional, nível de renda, estado civil, status parental e outras variáveis que influenciam as perspectivas pessoais (Association of Legal Administrators, 2025). Nesse sentido, destaca-se a importância de se levar em consideração a diferença para garantir um processo justo e equitativo.

O Manifesto da UNESCO, proclama e exterioriza sua crença na biblioteca pública como uma força para a informação, educação, cultura, inclusão e como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, da paz e bem-estar de todos os indivíduos. Incentiva os governos a apoiarem e se engajarem ativamente no desenvolvimento de bibliotecas públicas, como um espaço para a produção de conhecimento, compartilhamento e de troca, como também a promoção do engajamento cívico (IFLA & UNESCO, 2022).

As bibliotecas públicas devem refletir a pluralidade social ao incorporar um acervo que considere a diversidade da comunidade local e global, incluindo materiais em diferentes idiomas, obras de autores de diversas origens e recursos que abordam uma ampla gama de perspectivas e experiências (IFLA & UNESCO, 2022), visando ampliar sua construção social por meio de diferentes saberes.

Em bibliotecas públicas, atender aos requisitos do acervo é determinante para a qualidade e excelência dos serviços prestados. Ter alta qualidade, ser relevante às necessidades e condições locais e retratar a pluralidade linguística e cultural da comunidade são atributos essenciais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a

evolução da sociedade, bem como a memória da atividade humana e os produtos de sua imaginação. As coleções e os serviços não devem estar sujeitos a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais (IFLA & UNESCO, 2022).

Ao promover e valorizar a diversidade, a biblioteca pública, reitera-se, sofre modificações devido ao contexto social, oportunizando o seu desenvolvimento e de seus usuários na redução de desigualdades, na promoção da educação, cultura, lazer e da informação (Cunha, 2003).

A gestão de bibliotecas públicas contemporâneas demanda uma atuação que transcenda a preservação e disponibilização de acervos, incorporando um compromisso efetivo com a equidade e a inclusão social. Nesse cenário, o princípio da diversidade configura-se como diretriz estratégica, orientando políticas institucionais, decisões administrativas e práticas organizacionais.

Esse princípio deve refletir-se na composição e atualização do acervo, na oferta de serviços e programas culturais, bem como nas estratégias de mediação da informação. A atuação do corpo técnico, por sua vez, precisa ser pautada em respeito às diferenças, sensibilidade intercultural e responsabilidade social.

A efetivação desse compromisso depende de ações transversais, articuladas e sistemáticas, capazes de abarcar a multiplicidade de identidades, experiências e demandas da comunidade atendida. Assim, a diversidade deixa de ser conceito abstrato e passa a guiar práticas concretas de gestão, planejamento e avaliação, consolidando-se como fundamento da atuação inclusiva e socialmente responsável.

A aplicação dos princípios DEIA nas bibliotecas públicas mostra-se fundamental, conforme indicam os estudos consultados. Recomenda-se adotar indicadores de diversidade, revisar métricas, produzir conteúdos acessíveis e implementar políticas editoriais voltadas à equidade, promovendo ambientes informacionais alinhados às demandas sociais atuais. Assim, o Quadro 2 sistematiza as principais frentes de atuação vinculadas a esse princípio, constituindo-se em instrumento norteador para a consolidação de uma política bibliotecária consistente, inclusiva e socialmente referenciada.

Quadro 2

O princípio da diversidade e suas práticas na biblioteca pública

Práticas	Descrição
Acervo diversificado	Construir coleções que representem um variado conjunto de vozes, experiências e culturas, com temas e autores de diferentes origens (raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência), materiais em diversos idiomas e formatos acessíveis.
Programação cultural inclusiva	Oferecer eventos, oficinas, palestras e atividades que celebrem a diversidade cultural, promovam o diálogo intercultural e abordem temas relevantes para diferentes grupos da comunidade.
Parcerias com organizações diversas	Colaborar com organizações da sociedade civil que representam grupos desvalorizados para desenvolver programas, serviços e coleções relevantes e inclusivas.
Equipe diversificada	Buscar ativamente a diversidade na composição da equipe da biblioteca, visando refletir a variedade da comunidade atendida em termos de raça, etnia, gênero, orientação sexual, idade, deficiência e outras identidades.

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025. *[Descrição do quadro]* O Quadro dois mostra práticas da diversidade em bibliotecas públicas. Inclui: Acervo diversificado: coleções com autores e materiais de várias origens, idiomas e formatos; Programação cultural inclusiva: eventos e atividades que promovem diálogo intercultural; Parcerias com organizações diversas: colaboração com grupos marginalizados para programas e coleções inclusivas; Equipe diversificada: equipe refletindo a variedade da comunidade em termos de raça, etnia, gênero, orientação sexual, idade e deficiência. *[Fim da descrição]*.

Os princípios da equidade envolvem o acesso igualitário à informação, a promoção da inclusão e a valorização da diversidade. A promoção da equidade constitui um pilar central na gestão de bibliotecas públicas,

complementando e fortalecendo o princípio da diversidade. A equidade não se limita a um conceito normativo ou legal, mas assume caráter estratégico e ético, orientando decisões sobre o acervo, os serviços oferecidos, as políticas institucionais e a formação do corpo técnico.

Dessa forma, em uma biblioteca pública a equidade tem como propósito, eliminar barreiras, proporcionando um tratamento justo para todos os cidadãos, livre de preconceitos e discriminações, por meio de mudanças sistêmicas (ALA, 2025).

Assim como, a biblioteca pública deve oferecer serviços e recursos que atendam a comunidade usuária, garantir o acesso e oportunidades e manter os avanços conquistados quando na promoção da representação e da participação de diferentes grupos de indivíduos. Um compromisso da equidade, do respeito às diferenças, um requisito legal, mas sobretudo, um princípio ético que deve ser incorporado em todos os aspectos da vida em sociedade (ALA, 2025). No Quadro 3, apresenta-se como pode ser desenvolvido e adaptado em uma biblioteca pública o princípio da equidade.

Quadro 3

O princípio da equidade e suas práticas na biblioteca pública

Práticas	Descrição
Serviços personalizados	Identificar e atender às necessidades específicas de diferentes grupos da comunidade, oferecendo serviços e recursos adaptados, como programas de alfabetização para adultos, apoio informacional para imigrantes e serviços de leitura para pessoas com baixa visão.
Remoção de barreiras	Identificar e eliminar obstáculos que possam impedir o acesso de determinados grupos à biblioteca, sejam eles barreiras físicas (acesso aos edifícios), econômicas (taxas, multas excessivas), informacionais (linguagem complexa, falta de tradução) ou atitudinais (preconceitos, falta de sensibilidade da equipe).
Alocação de recursos equitativa	Garantir que os recursos da biblioteca (financeiros, materiais, humanos) sejam distribuídos de forma justa para atender às necessidades de todos os segmentos da comunidade, considerando as desigualdades existentes e investindo em áreas que necessitam de maior apoio.
Programas de inclusão digital	Oferecer acesso a computadores, internet e treinamento em habilidades digitais para reduzir a exclusão digital, com foco em grupos marginalizados que podem ter menos acesso a essas tecnologias.

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras (2025). *[Descrição do quadro]* O Quadro três apresenta práticas do princípio da equidade em bibliotecas públicas. Serviços Personalizados: atender às necessidades específicas de diferentes grupos com serviços adaptados; Remoção de Barreiras: eliminar obstáculos físicos, econômicos, informacionais e atitudinais; Alocação de Recursos Equitativa: distribuir recursos da biblioteca de forma justa, priorizando áreas com maior necessidade; Programas de Inclusão Digital: oferecer acesso a computadores, internet e treinamento digital para grupos marginalizados. O quadro resume estratégias para implementar a equidade no atendimento e nos serviços da biblioteca. *[Fim da descrição]*.

As ações ou atitudes inclusivas contribuem para a existência de ambientes receptivos para todos. De modo específico, em uma biblioteca pública, com programas e ações que identifiquem e removam as barreiras que impeçam ou dificultem o livre acesso de seus frequentadores, promovendo uma cultura de respeito e pertencimento (ALA, 2025). Dessa forma, a biblioteca pública poderá contribuir para a inclusão social e a redução das desigualdades. Conforme ilustrado no Quadro 4, o princípio da inclusão e suas práticas correspondentes devem ser incorporados, desenvolvidos e adaptados para bibliotecas públicas.

Quadro 4

O princípio da inclusão e suas práticas na biblioteca pública

Práticas	Descrições
Espaços acolhedores	Criar ambientes físicos e virtuais que sejam convidativos, seguros e respeitosos, onde todos se sintam bem-vindos e valorizados, independentemente de sua origem, identidade ou condição. Isso inclui o design do espaço, a linguagem utilizada e a postura da equipe.
Comunicação inclusiva	Tornar o website da biblioteca, o catálogo online e outros recursos digitais amigáveis, ou seja, de fácil navegação, e utilizar linguagem clara, acessível e inclusiva em todas as comunicações da biblioteca (verbais e escritas), evitando termos discriminatórios, jargões excessivos ou expressões que possam excluir e/ou marginalizar determinados grupos.
Promoção da participação	Incentivar ativamente a participação de todos os membros da comunidade no planejamento, na avaliação e na tomada de decisões em relação aos serviços e programas da biblioteca, garantindo que diferentes perspectivas sejam ouvidas e atendidas.
Treinamento em acessibilidade	Capacitar toda a equipe da biblioteca para atender de forma respeitosa e informada pessoas com deficiência, fornecendo conhecimento a respeito das diferentes necessidades, das formas corretas de oferecer auxílio e do uso dos recursos de acessibilidade disponíveis na biblioteca.
Combate ao preconceito	Desenvolver iniciativas educacionais, culturais e informativas de conscientização que promovam o entendimento da diversidade, desafiem estereótipos e combatam o preconceito e a discriminação em todas as suas formas. Isso pode incluir exposições, palestras, grupos de discussão e materiais informativos.

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras (2025). *[Descrição do quadro]* O Quadro 4 apresenta práticas do princípio da inclusão em bibliotecas públicas. Espaços Acolhedores: ambientes físicos e virtuais seguros e respeitosos, onde todos se sintam bem-vindos; Comunicação Inclusiva: recursos digitais e comunicações claras, acessíveis e inclusivas, evitando termos discriminatórios; Promoção da Participação: incentivar a participação de todos nos serviços e programas da biblioteca; Treinamento em Acessibilidade: capacitar a equipe para atender pessoas com deficiência de forma adequada e respeitosa; Combate ao Preconceito: iniciativas educativas e culturais para promover a diversidade e combater estereótipos e discriminação. *[Fim da descrição]*.

Para a construção de uma sociedade mais inclusiva, a acessibilidade deve garantir que as pessoas, independentemente de suas limitações, participem plenamente da vida social, educacional e profissional. (ALA, 2025). A acessibilidade é essencial em toda biblioteca como forma de garantir o acesso a todos os serviços e produtos de maneira igualitária a toda a comunidade usuária. Incorporar as práticas de acessibilidade aos produtos e serviços informacionais oferecidos pela biblioteca é de fundamental importância, para a realização de sua missão e a participação efetiva do cidadão. Destaca-se que o papel do profissional bibliotecário na sociedade é garantir que todo o cidadão tenha acesso a informação e, assim contribuir para o desenvolvimento da comunidade (Rede de Bibliotecas Inclusivas, 2025). A acessibilidade enfatiza a importância de melhorar o ambiente, a informação, o produto e os serviços disponíveis. Implica responsabilidade, em esferas sociais, jurídicas e políticas para a defesa de iniciativas que proporcionem um ambiente de inclusão e acessibilidade para todos (Association of Legal Administrators, 2025). O Quadro 5 apresenta o princípio da acessibilidade e suas práticas no contexto da biblioteca pública.

Quadro 5

O princípio da acessibilidade e suas práticas na biblioteca pública

Práticas	Descrições
Acessibilidade física	Garantir a plena acessibilidade física de todos os espaços da biblioteca, seguindo as normas técnicas de acessibilidade (ABNT, NBR 9050/2021), incluindo rampas, elevadores, banheiros acessíveis para a entrada de cadeira de rodas, sinalização tátil e visual adequada, catracas largas, espaços de circulação amplos e mobiliário adaptado. Calçadas com rampas para garantir o acesso (universal) às paradas de veículos.
Acessibilidade digital	Tornar o website da biblioteca, o catálogo online e outros recursos digitais acessíveis para pessoas com deficiência, seguindo as diretrizes de acessibilidade web (WCAG). Isso inclui recursos como texto alternativo para imagens, navegação por teclado, contraste adequado, estrutura semântica clara e compatibilidade com leitores de tela. Disponibilizar o acervo em uma variedade de formatos acessíveis, como audiolivros, livros em braile, e-books com opções de ajuste de fonte e espaçamento, vídeos com legendas e audiodescrição e outros formatos que atendam às diferentes necessidades dos usuários.
Tecnologias assistivas	Oferecer e divulgar a disponibilidade de Tecnologia Assistiva que auxiliem no acesso à informação e à leitura para pessoas com deficiência, como softwares de leitura de tela, lupas eletrônicas, softwares de reconhecimento de voz e outros dispositivos que facilitam a interação com o acervo e os serviços da biblioteca.
Treinamento	Capacitar toda a equipe da biblioteca para atender de forma adequada, respeitosa e informada pessoas com deficiência, fornecendo conhecimento relativo às diferentes necessidades, as formas corretas de oferecer auxílio e o uso dos recursos de acessibilidade disponíveis na biblioteca.

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras (2025). *[Descrição do quadro]* O Quadro 5 apresenta práticas do princípio da acessibilidade em bibliotecas públicas. Inclui: Acessibilidade física: espaços adaptados com rampas, elevadores, banheiros acessíveis, sinalização tátil e visual, catracas largas e mobiliário adequado; Acessibilidade digital: website, catálogo online e recursos digitais acessíveis, com texto alternativo, navegação por teclado, contraste adequado e compatibilidade com leitores de tela; Acervo acessível: audiolivros, braile, e-books ajustáveis, vídeos com legendas e audiodescrição; Tecnologias assistivas: softwares de leitura de tela, lupas eletrônicas, reconhecimento de voz e outros dispositivos de apoio; Treinamento: capacitação da equipe para atender pessoas com deficiência de forma adequada e respeitosa, utilizando todos os recursos de acessibilidade disponíveis. *[Fim da descrição]*.

Em uma biblioteca, assegurar a pluralidade do acervo e das programações requer curadoria criteriosa, recursos permanentes e manutenção contínua, assim como, parcerias estratégicas demandam alinhamento constante e sustentabilidade. A constituição de uma equipe diversificada, multidisciplinar, esbarra em barreiras estruturais e exige políticas inclusivas de Recursos Humanos. A equidade na identificação e atendimento de necessidades específicas, remoção de barreiras e alocação de recursos justos é intrinsecamente complexa e custosa, demandando programas de inclusão digital abrangentes. A inclusão envolve a capacidade de criar espaços acolhedores, a necessidade de treinamento contínuo da equipe contra vieses, mecanismos eficazes de participação comunitária e ações consistentes contra o preconceito. Por fim, a acessibilidade, em suas múltiplas dimensões, frequentemente se limita por questões orçamentárias e infraestruturais, exigindo investimentos significativos, observância de normas técnicas e, por vezes, colaboração interinstitucional, além de capacitação constante da equipe.

Diante do cenário apresentado, destaca-se a importância dos princípios DEIA no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, especialmente nas dimensões social, científica e tecnológica. A integração desses princípios fortalece o papel das bibliotecas como espaços representativos e acessíveis a toda a população. Essa

aplicação reafirma o compromisso ético e profissional do bibliotecário e das instituições com a promoção da transformação social, a disseminação do conhecimento e a ampliação do acesso às tecnologias da informação.

No contexto das bibliotecas públicas, é fundamental que as práticas adotadas reflitam o impacto ético e valorativo desses princípios, promovendo mudanças culturais que valorizem a acessibilidade e o respeito à pluralidade dos usuários. Além disso, a observância das legislações e normas vigentes, juntamente com a capacitação contínua dos profissionais, revela-se essencial para a implementação efetiva dessas diretrizes. Considerando o papel das bibliotecas como serviços públicos, espera-se que atendam a todos os segmentos da sociedade, reconhecendo as múltiplas necessidades relacionadas a aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos, entre outros, oferecendo ambientes, serviços e acervos que respondam adequadamente a essa diversidade.

A atuação do bibliotecário, nesse sentido, deve acompanhar as transformações que impactam o acesso à informação. Socialmente, as bibliotecas públicas exercem papel crucial na promoção da inclusão e na redução das desigualdades, requerendo do profissional uma postura ética e acolhedora. No campo científico, esse profissional atua como mediador do conhecimento, valorizando saberes diversos e facilitando o acesso equitativo à informação. Quanto à dimensão tecnológica, é vital garantir a acessibilidade digital e combater a exclusão por meio do uso de recursos assistivos e da promoção de habilidades informacionais.

A análise realizada a partir da revisão bibliográfica integrativa evidenciou que, embora haja um reconhecimento crescente da importância dos princípios DEIA, ainda existem desafios para sua aplicação plena nas bibliotecas públicas. Entre as recomendações destacadas pela literatura estão a adoção de indicadores de diversidade, a revisão das métricas tradicionais e o incentivo a práticas inclusivas que possam ser adequadas à realidade desses espaços. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, buscou-se assegurar coerência entre os dados coletados e as propostas apresentadas, respeitando as especificidades das bibliotecas públicas. Dessa forma, reforça-se a compreensão dessas instituições como instrumentos indispensáveis para a democratização do acesso à informação e para a promoção da cidadania.

Por fim, enfatiza-se que o avanço na incorporação dos princípios DEIA depende de um processo contínuo de conscientização, voltado à compreensão crítica da realidade social, ao alinhamento com políticas públicas pertinentes e à construção de condições mais justas, contribuindo para o fortalecimento de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

6 Considerações finais

Ao evidenciar os propósitos de uma biblioteca, em especial a pública, que tem o encargo de contribuir na promoção de uma sociedade informada, democrática e mais equitativa, tornaram-se justificados os questionamentos que levaram ao estudo e às reflexões que se pretendeu suscitar. Com o propósito de apresentar práticas voltadas à biblioteca pública, ao incorporar os princípios DEIA, assim como responder à questão norteadora desse processo investigativo, acredita-se ter encontrado algumas diretrizes ou ações, conforme aludidas no texto.

As reflexões oriundas do estudo ressaltam que o desafio atual reside em repensar as funções e os serviços das bibliotecas à luz dos valores DEIA, garantindo que seu papel social seja exercido de forma inclusiva, respeitando as diferenças culturais, sociais, cognitivas e sensoriais dos usuários. Essa perspectiva amplia a visão tradicional da biblioteca, que passa a ser vista não apenas como um local de guarda de materiais bibliográficos, de documentos, mas como um espaço dinâmico de participação social e construção coletiva do conhecimento. Nesse contexto, as áreas de Biblioteconomia e da Ciência da Informação necessitam reconhecer esses aspectos, uma vez que são tópicos que fazem parte não somente de seu escopo de conhecimento, como também de seu compromisso social e científico.

Reforça-se, nesse estudo, a importância de erradicar ou minimizar as barreiras comunicacionais, com investimento e, conseqüentemente, com a disponibilidade de equipamentos e com apresentação de informação em formatos alternativos. Evidencia-se a importância de acervos bibliográficos em formato acessível ao indivíduo, independentemente de sua deficiência, considerando o real interesse da instituição em implementar ações e projetos pertinentes às dimensões de acessibilidade em toda a sua amplitude.

De acordo com o contexto apresentado, é importante destacar que, em uma biblioteca pública, a incorporação dos princípios DEIA deve estar alinhada para atender às desigualdades sociais causadas pela falta de oportunidades e acesso à informação, educação, cultura, direitos sociais, entre outras necessidades, principalmente os direitos humanos. A parceria existente entre a diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade

nunca se finda. Para a instituição de uma sociedade mais igualitária, no entanto, tomam-se outros conceitos tais como empatia, respeito, entre outras individualidades que precisam ser vistas com pluralidade humana!

Vive-se em um mundo de preconceitos e discriminação e, lamentavelmente, a acessibilidade, seja ela física, econômica, política ou informacional ainda é insuficiente quando se trata da inclusão de questões éticas e culturais apropriadas, assim como na qualidade dos serviços prestados. As mudanças possíveis de ocorrer abarcam toda a sociedade. São estruturais e não poderão acontecer de forma isolada. As mudanças sociais, são necessárias pois visam conscientizar as pessoas a respeito dos prejuízos vivenciados pelos seres humanos que sofrem preconceito, discriminação e exclusão social. Portanto, as ações e seus desdobramentos configuram um compromisso coletivo, orientado pelos princípios de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA), que norteiam as práticas e estratégias implementadas.

Considerando a temática abordada, entende-se que há sempre uma razão para a realização de estudos e análises aprofundadas e realistas. Tendo em vista a complexidade da implementação e da sustentabilidade das práticas, a efetivação dos princípios de DEIA em bibliotecas públicas, por vezes, enfrenta desafios financeiros, jurídicos, estruturais, administrativos, entre outros.

Após estas considerações, enfatiza-se que estes desafios não devem ser impeditivos para a promoção do acesso digno e pleno à informação em bibliotecas públicas, pelo contrário, é preciso compreender a realidade e superar esses desafios para que os princípios associados aos princípios DEIA se concretizem de forma autêntica e impactante nas bibliotecas públicas.

Os artigos selecionados e, portanto, analisados, são unânimes em reconhecer a necessidade e relevância de se discutir, o quanto antes, esses princípios em todos os segmentos da sociedade, visando sua efetiva aplicação.

Por fim, mas sem esgotar o assunto, entende-se que a biblioteca pública deva ser um espaço acolhedor, que preserva e compartilha a informação confiável e acessível a toda e qualquer pessoa que dela necessitar, sendo um celeiro da igualdade e da diversidade ao proporcionar conteúdos informacionais com respeito e equidade como forma de conduzir uma sociedade inclusiva, justa e promotora da paz. A garantia de um atendimento humanizado é fato, reflete de forma benéfica no indivíduo ao ser acolhido, incluído e se sentir um cidadão, diante dos produtos e serviços informacionais oferecidos por uma biblioteca pública.

Referências

- American Library Association. (2025, Ma 29). *Equity, diversity, inclusion, and belonging: An interpretation of the Library Bill of Rights*. American Library Association. <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill/interpretations/EDI>
- Aquino, M. (2007). A ciência da informação: Novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. *Ciência da Informação*, 36(3), 9-16. <https://www.scielo.br/j/ci/a/6p7KdGL7FfB8CWsNYsdFkfg/?lang=pt>
- Arendt, H. (1989). *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo* (R. Raposo, Trad.). Companhia das Letras.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2021). *ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. ABNT. https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf
- Association of Legal Administrators (2025). *ALA's diversity, equity, inclusion and accessibility statement*. Association of Legal Administrators. <https://www.alanet.org/resources-by-topic/deia-resource-hub/alas-deia-statement>
- Barros, F. P. C., & Sousa, M. F. (2016). Equidade: Seus conceitos, significações e implicações para o SUS. *Saúde e Sociedade*, 25(1), 9-18. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Kdc66VGb5mXkMnHThYkzVPv/?format=pdf&lang=pt>
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220/906>

- Brasil. (2004, Dezembro 3). Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamentação das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União, Seção 1*, 141(232), 5-10.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
- Brasil. Ministério da Educação. (2013, Julho). *Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)*. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>
- Cantorani, J. R. H., & Pilatti, L. A. (2015). Acessibilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Análise a partir de relatórios do INEP e do olhar do gestor. *Educar em Revista*, 57, 171-189.
<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/41363/26345>
- Cunha, V. A. (2003). A biblioteca no cenário da sociedade da informação. *Bíblios*, 4(15).
http://eprints.rclis.org/5540/1/2003_014.pdf
- Davis, R.-J.; Zaragoza, B.; & Zuniga, A. V. (2024). From audit to action: A case study on cultivating and sustaining organizational efforts in diversity, equity, inclusion and accessibility. *The Journal of Academic Librarianship*, 50(1), Article 102981. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2024.102981>
- Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. (2020). *GT-Acess 2020: Grupo de Trabalho de acessibilidade em bibliotecas: Diretório Brasileiro de Bibliotecas Acessíveis*. Repositório FEBAB. <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6173>
- Galvão, C. M., Sawada, N. O., & Trevisan, M. A. (2004). Revisão sistemática: Recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(3), 549-556. <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf&lang=pt>
- Godoy, K. H., Rafael, S. L. L., Garrido, I. L., & Porto, R. B. (2023). Adoption of policies on diversity, equity, inclusion, and accessibility (DEIA) at BAR – Brazilian Administration Review. *BAR Brazilian Administration Review*, 20(2), Article e230046. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/ANPAD-1_b2f74f041f9fb4d3fb30cede691f00bb
- Hayashi, M. C. P. I., & Rigolin, C. C. D. (2024). Métricas igualitárias na ciência: Caminhos para a construção de indicadores de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade. *Liinc em Revista*, 20(1), 1-20.
<https://brapci.inf.br/v/308243>
- Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2022). Diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade em podcasts de Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Revista EDICIC*, 2(4), 1-17.
<https://brapci.inf.br/v/258926>
- International Federation of Library Associations and Institutions, & Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2022). *Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO*. FEBAB. <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>
- Lessa, B., & Gomes, H. F. (2017). A biblioteca pública como um empório de ideias: Evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. *Informação & Sociedade: Estudos*, 27(1), 35-46.
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91905>
- Machado, E., Elias, A., Jr., & Achilles, D. (2014). A biblioteca pública no espaço público: Estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14(esp.), 115-127. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22671>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764. <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt>
- Motta, O. J. R. (2024). Promovendo a diversidade, equidade e inclusão nas organizações: Breve revisão sistemática sobre estratégias e desafios. *IOSR Journal of Business and Management*, 26(7, Série 8), 19-21. <https://www.iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/Vol26-issue7/Ser-8/D2607081921.pdf>

- Novo, H. F., & Barreira, M. I. J. S. (2021). Prefácio. In B. Lessa & I. Lins (Orgs.), *Para que serve a biblioteca pública? Novas configurações para o século XXI* (pp. 7-10). EDUFBA.
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34498/3/praque-serve-a-biblioteca-publica-miolo-ri.pdf>
- Peixoto, C. C., & Lobato, A. O. C. (2013). Pensar a cidadania em Hannah Arendt: Direitos a ter direitos. In J. C. Lonredo & C. A. H. Birnfeld (Orgs.), *Direitos sociais fundamentais: Contributo interdisciplinar para a redefinição das garantias de efetividade* (pp. 51-69). Editora da FURG.
https://direito.furg.br/images/stories/LIVROS/DIREITOS_SOCIAIS_FUNDAMENTAIS/04Peixoto2013_DS_F.pdf
- Rede Brasileira de Bibliotecas Inclusivas. (2025). *Sobre a rede*. <https://redeacessivel.febab.org/>
- Rodrigues, T. C., & Abramowicz, A. (2013). O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 15-30.
<https://scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?format=pdf&lang=pt>
- Roriz, T. M. de S., Amorim, K. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2005). Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: Múltiplas perspectivas e controvérsias práticas discursivas. *Psicologia USP*, 16(3), 167-194. <https://www.scielo.br/j/pusp/a/RFHZGjWxvKyxJsDyDVP9tTy/?format=pdf&lang=pt>
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11, 89.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=pt&nrm=iso
- Silva, J. L. C. (2018). Perspectivas sociais em Biblioteconomia: Percepções e aplicações. In D. Spudeit & M. Moraes (Orgs.), *Biblioteconomia social: Epistemologia transgressora para o século XXI* (pp. 25-48). ABECIN. <https://portal.abecin.org.br/editora/article/download/216/191/993>
- Silva, M. J. S., Casado, L., & Bergmann, A. (2023). A RBC e seu compromisso ético com a diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade nas comunicações científicas. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 69(1), 1-2. https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/INCA-1_3e5e41adc81aee441ee813cf4ae0dc75
- Silva, N. C., & Oliveira, H. M. (2020). Reflexões sobre a equidade e sua aplicabilidade ao processo de trabalho em enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(3).
<https://www.scielo.br/j/reben/a/GYjY436Cqm5RFhw8T3MBjYH/?format=pdf&lang=pt>
- Souza, M. S., Costa, M. F. O., Tabosa, H. R., & Araripe, F. M. A. (2013). Acessibilidade e inclusão informacional. *Informação & Informação*, 18(1), 1-16.
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173/pdf>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106. <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

Dados de publicação

Rosane Suely Alvares Lunardelli

Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação.

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Departamento de Ciência da Informação, Londrina, Paraná- PR, Brasil.

lunardelli@uel.br

<http://orcid.org/0000-0002-5405-072X>

Possui Graduação em Biblioteconomia, Mestrado e Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UEL. Líder e Pesquisadora Grupo de Pesquisa: 'Ciência da Informação e a literatura no bem-estar e qualidade de vida da população brasileira'. Ministra aulas nos cursos de graduação e especialização em Arquivologia e Biblioteconomia e no Mestrado e

Doutorado em Ciência da Informação. Atua principalmente nos seguintes temas: Organização/Representação da Informação e do Conhecimento; Leitura Documentária, Análise Documentária/ Análise da Informação; Incentivo à Leitura; Linguagens verbais e não verbais; Linguística Textual; Gestão de Arquivos. Literatura de Cordel. Diretora da SAUEL – Sistema de Arquivos da UEL.

Sandra Regina Moitinho Lage

Doutora e Pós-doutora em Ciência da Informação

Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UEL), Londrina, Paraná- PR, Brasil.

slage@uel.br

<https://orcid.org/0000-0003-4769-2975>

Possui Graduação em Administração, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL). Pós-doutoranda em Letras da Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, (Portugal). Vice-líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa 'Ciência da Informação e a literatura no bem-estar e qualidade de vida da população brasileira'. Atua principalmente nos seguintes temas: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento; Representação Temática da Informação; Análise Documentária; Análise da Informação; Literatura de Cordel.

Ana Cláudia Constantino

Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação

Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UEL), Londrina, Paraná- PR, Brasil.

ana.constantino@uel.br

<https://orcid.org/0009-0008-1740-2387>.

Possui Graduação em Artes Cênicas e Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL). Doutorado em andamento no PPGCI-UEL. (Bolsista CAPES). Pesquisadora do Projeto de Pesquisa 'Ciência da Informação e a literatura no bem-estar e qualidade de vida da população brasileira'. Colaboradora do Projeto de Pesquisa 'Leitura, biblioteca escolar e mediação pedagógica'. Atua principalmente nos seguintes temas: Compartilhamento da Informação e do Conhecimento; Organização da Informação e do Conhecimento; Infância; Mediação Oral da Literatura; Biblioteca escolar e pública.

Endereço para correspondência do autor principal

Rua Rubens Carlos de Jesus, 111, casa 130. Condomínio Santana Residence, Bairro Terras de Santana

CEP: 86055-240, Londrina – Paraná – Brasil

Originalidade

Declaro que o texto é original e não foi enviado para nenhuma outra publicação.

Preprint

O manuscrito não foi submetido a plataforma de preprint.

Informações sobre o trabalho

O manuscrito não é uma dissertação ou tese.

O manuscrito não faz parte de um projeto de pesquisa.

Agradecimentos

Não aplicável.

Contribuição dos autores

Concepção e preparação do manuscrito: R. S. A. Lunardelli, S. R. M. Lage, A. C. Constantino.

Coleta de dados: S. R. M. Lage, A. C. Constantino.

Discussão dos resultados: R. S. A. Lunardelli, S. R. M. Lage, A. C. Constantino.

Revisão e aprovação: R. S. A. Lunardelli, S. R. M. Lage, A. C. Constantino.

Uso de inteligência artificial

Não aplicável.

Financiamento

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, referente ao financiamento de bolsa para a realização do curso de Mestrado de uma das autoras.

Permissão para usar imagens

Não aplicável.

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

Não aplicável.

Conflito de interesses

Não aplicável.

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto completo de dados que respaldam os resultados deste estudo está incluído no corpo do artigo.

Licença de uso

Os autores concedem à Biblios direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e desenvolvam o trabalho publicado, dando os devidos créditos pela autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores estão autorizados a firmar acordos adicionais separados para distribuição não exclusiva da versão publicada do trabalho no periódico (por exemplo, publicação em um repositório institucional, em um site pessoal, publicação de uma tradução ou como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Editor

Publicado pelo Sistema de Bibliotecas Universitárias da Universidade de Pittsburgh. Responsabilidade compartilhada com universidades parceiras. As ideias expressas neste artigo são dos autores e não representam necessariamente as opiniões dos editores ou da universidade.

Editores

Janicy Aparecida Pereira Rocha.

Histórico

Recebido: 21-05-2025 – Aprovado: 03-03-2026 – Publicado em: 02-07-2026.



Os artigos neste periódico estão licenciados sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Estados Unidos.



This journal is published by Pitt Open Library Publishing.